

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO RURAL EM PIEDADE-SP E AS VIVÊNCIAS DOS
ESTUDANTES TRABALHADORES DO CAMPO

Isabella Pereira de Oliveira

Sorocaba

2024

ISABELLA PEREIRA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO NO ESPAÇO RURAL EM PIEDADE-SP E AS VIVÊNCIAS DOS
ESTUDANTES TRABALHADORES DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do
Diploma de Graduação em licenciatura em
Geografia da Universidade Federal de São
Carlos.

Sorocaba

2024

Oliveira, Isabella de

A educação no espaço rural em Piedade-SP: e as
vivências dos estudantes trabalhadores do campo /
Isabella de Oliveira -- 2024.
38f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Neusa de Fátima Mariano
Banca Examinadora: Fernando Freitas de Almeida,
Marcos de Oliveira Soares
Bibliografia

1. Educação. 2. Rural. 3. Trabalhadores. I. Oliveira,
Isabella de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Palavra não é privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todos.
(Paulo Freire).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe Roseli, que sempre lutou pela minha educação, que apesar de todas as dificuldades como faxineira, sempre prezou pela escola na vida de seus filhos. Sem minha mãe, nada disso seria possível.

Aos meus melhores amigos, Mônica e Vinicius, que me ajudaram a estudar para o vestibular e que acreditaram em mim, quando eu mesma não acreditava.

A minha amiga Karina, que foi o maior presente que a universidade pode me dar, caminhando sempre lado a lado desde o primeiro semestre, me incentivando e ajudando a permanecer na universidade.

A minha querida professora e orientadora Neusa, a qual me ajudou em todos os momentos para a construção deste trabalho, agradeço por ter sido tão atenciosa comigo, pelas vezes em que me sentia mal por não conseguir desenvolver uma escrita, falava com toda calma, sobre respeitarmos o nosso tempo e que estava tudo bem. Dentro de um ambiente acadêmico, ter esse apoio é raro, é um privilégio. Neusa é um exemplo de professora e pesquisadora para mim.

A minha filha Maria Helena, minha bebê de três meses de vida, que foi o meu combustível para finalizar este trabalho, me dando forças da onde eu já nem sabia que existia e me fazendo enxergar (novamente) que eu amo estudar e ser professora.

Ao meu pai Wanderley (que hoje não está mais entre nós), agradeço e dedico este trabalho, meu pai foi a pessoa que sempre me incentivou aos estudos e principalmente a ingressar na UFSCar, me auxiliando com todas as documentações do edital, emprestou o carro de seu colega para que eu conseguisse assistir a primeira aula do curso, sempre esteve preocupado com a minha formação e muito orgulhoso da filha ter passado em uma Federal. Meu sonho era que ele pudesse me ver formar, quando ingressei ele já estava adoecido, mas meu pai pode me ver trabalhando, lecionando, estudando e pesquisando, e isso conforta meu coração.

Resumo

A educação é um direito de todos, ou ao menos deveria ser. Em nossas diversas realidades brasileiras, muitos adolescentes precisam desde cedo contribuir com a renda familiar, e isso muitas das vezes pode ter o seu resultado em evasão escolar, essa realidade se encontra tanto em espaços urbanos quanto rurais. O presente trabalho faz um recorte para o espaço rural, onde os estudantes já pertencem à classe trabalhadora, o que contribui para que haja um número elevado de abandono escolar. O intuito da pesquisa é o de trazer reflexões e inquietações sobre as condições e as dificuldades que os(as) estudantes trabalhadores do campo enfrentam em sua jornada. Na busca dessa compreensão, o diálogo se fez como ferramenta principal, através de suas realidades e leituras de mundo no campo.

Palavras chaves: Rural; Ensino; Aluno; Trabalho; Camponês.

Abstract

Education is a fundamental right that everyone deserves, or at least should have access to. In the diverse realities of Brazil, many teenagers must contribute to their family's income from a young age. This economic necessity can lead to absenteeism, affecting both rural and urban populations. This study focuses on the rural context, where students often come from working-class backgrounds. The aim of this research is to explore the challenges and circumstances these students face during their educational journey. Through dialogue, this study seeks to gain a deeper understanding of their perspectives and experiences as rural residents.

Keywords: Rural; Education; Student; Work; Peasant.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO E O ABANDONO ESCOLAR DA ÁREA RURAL	12
2.1 O ABANDONO ESCOLAR DA ÁREA RURAL	16
3 O JOVEM ESTUDANTE TRABALHADOR RURAL	19
3.1 ENTRE SONHOS, DESABAFOS E ESPERANÇA	22
4 POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO	28
5 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, a educação é um direito de todos, mas que em muitas realidades, isso não se aplica, principalmente no espaço do campo brasileiro; a luta pela melhoria na educação no campo não é de hoje, portanto, não é de hoje que os (as) estudantes da área rural sofrem com a desigualdade educacional, visto que a evasão escolar no meio rural é muito grande. Segundo os dados Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) da população de 15 a 17 anos, totalizando 2,2 milhões de pessoas, 34% não frequentam a escola, e quase 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas entre 1977 e 2018, o que equivale ao fechamento de 4 mil escolas por ano.

Com a visão, comumente equivocada de que o campo é um lugar “atrasado”, se reproduz um preconceito e uma opressão muito grande com a sua população, como por exemplo, de que as pessoas do campo não precisam estudar; de que não são pessoas “estudadas”, e até mesmo, inferiorizando os seus conhecimentos. Assim, o próprio povo do campo acaba reproduzindo essa opressão, com falas como: “*a gente não é estudado, a gente só sabe plantar*”, como se plantar não fosse uma educação, como se para plantar não tivesse que ter estudo, o conhecimento do plantio, da diversidade dos alimentos, dos cuidados, do conhecimento sobre o clima e entre outros diversos saberes, que em suas práticas, aprendem, ensinam, educam, criam, produzem, trabalham, alimentam e sustentam.

A escolha do tema se deu a partir de uma pesquisa de iniciação científica, sendo construída através de uma atividade realizada no ano de 2019, com os(as) estudantes trabalhadores da área rural do Município de Piedade-SP, onde dialogamos sobre a influência do clima na vida dos trabalhadores rurais e por consequência, os estudantes acabaram relatando um pouco sobre suas condições de trabalho. No final das nossas trocas de conversas e de experiências, os estudantes escreveram em uma folha sulfite sobre suas condições enquanto estudantes e trabalhadores. Foi através dessa atividade, que pude perceber a importância de escrever e falar sobre isso e refletindo: quais são os efeitos do sistema capitalista na vida desses estudantes?

A pesquisa a qual inspirou o tema foi construída através de diálogo com os(as) estudantes do 2º e 3º anos do ensino médio do período noturno da Escola Estadual Maria Helena Sikorski Cerqueira César, na área rural localizada no Bairro da Roseira do Município de Piedade-SP. Muitos dos estudantes que trabalham na roça ou no barracão, relataram o quanto esse trabalho é difícil, é árduo. Sendo o salário muito baixo, o trabalho no campo é desvalorizado dentro do sistema capitalista. Grande parte destes estudantes presta serviços aos proprietários de terras sendo que nem sempre o vínculo empregatício assalariado é formalizado.

Portanto, a partir dessa realidade, a pesquisa busca compreender quais os efeitos do sistema capitalista sobre a aprendizagem escolar desses estudantes trabalhadores do campo.

A metodologia da realização deste estudo foi dada através do estudo da Iniciação Científica, tornando-se então uma continuação, mas também trazendo reflexões sobre o momento da pandemia da covid-19. O intuito foi obter informações sobre a sua vida estudantil e trabalhadora, quais seriam as possíveis dificuldades nessa dupla jornada (estudo e trabalho no campo) e como se sentem com relação à situação em que se encontram.

Foram elaboradas rodas de conversa, ao estabelecer o diálogo, fazer a coleta de depoimentos pessoais a partir de um roteiro previamente estruturado. A pesquisa traz o instrumento de princípio qualitativo para análise desses dados o qual se transforma em informações e conhecimentos.

Na pesquisa qualitativa, nesse sentido, entende-se que um fenômeno social pode ser melhor compreendido e estudado quando realizado dentro do contexto em que os participantes da pesquisa estão inseridos, e sua análise deve ser feita de forma integrada. A empregabilidade da referida pesquisa é evidenciada nas Ciências Sociais, cuja preocupação basilar é a compreensão da lógica que permeia a prática social ocorrida na realidade (SEVERINO, 2007 apud CORREA et al, 2021, p.2).

Para a construção de um pensamento crítico e científico, faz-se necessário um conhecimento sobre o empírico e o vivido, o qual deve ser considerado também em suas subjetividades. Por isso, a ética vem como base principal de uma pesquisa, a qual é construída tanto pela pessoa que pesquisa e por aqueles que participam do seu processo para sua elaboração, que, através de suas vivências aprendem, compartilham e ensinam.

[...] O pesquisador é parte integrante e ativa do processo de produção/elaboração do conhecimento, analisando e interpretando os dados

obtidos, atribuindo-lhes um sentido contextualizado. O dado analisado não é hermético, cristalizado e neutro, possui sentidos e relações que os indivíduos criam a partir de suas próprias ações e reações sobre o tema estudado (OLIVEIRA et al., 2020, p. 02, apud CORREA, 2021, p.5).

As extensões destes roteiros tiveram como objetivo dados mais detalhados do que numerosos, portanto, suas questões tomam a direção de “perguntas abertas”, a qual terá respostas mais longas (mais formuladas), se diferenciando de uma pergunta apenas quantitativa.

A pesquisa qualitativa apresenta cinco características importantes, tais como: estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo; contribuir com revelações sobre conceitos existenciais ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem e esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte. (YIN, 2016, p. 18. apud CAMPOS, 2021, p. 5).

Como dito, para aplicação dessas técnicas, a ética vem como base principal, analisando a pesquisa com muita diligência em todas as suas fases: para formular, estruturar, aplicar e analisar os resultados. E para que isso aconteça é preciso que os alunos não se sintam pressionados com as perguntas, mas, sim acolhidos, por isso, a importância do que é o dialógico e do poder da escuta. A educadora bell hooks, em seu livro *Ensinando a Transgredir a Educação como Prática da Liberdade*, aborda a importância do ato de praticar a escuta, a importância de estarmos abertos a escutar o próximo e de acolher.

Um dos jeitos de construir a comunidade em sala de aula é reconhecer o valor de cada voz individual (...). Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro é um exercício de reconhecimento (...). Mesmo que a voz de um dos alunos não possa ser ouvida por meio da fala, ele faz sentir sua presença por meio de sinalização. (HOOKS, 2020, p. 58).

Assim como bell hooks, eu também acredito no poder da escuta, no poder do diálogo, pois é através dessas trocas que passamos a compreender sobre as diferentes realidades de vida, sobre suas formas de ler o mundo, sobre o modo de cada indivíduo se pronunciar ao mundo. Mas isso só é possível porque é dialógico; e como diz Freire (2013) o diálogo não pode ser arrogante, porque o diálogo também é um ato de amor.

Por isso, a importância de que os alunos se sintam acolhidos, para poder falar de como enfrentam sua realidade. Nesse sentido, a interlocução se baseou em questões

sobre a gestão escolar e seu acolhimento e/ou compreensão sobre as necessidades do estudante trabalhador rural. Outro ponto foi a busca do histórico familiar dentro da educação como, por exemplo, se seus pais/tios/avós frequentaram a escola, se são alfabetizados; ou se não tiveram essa oportunidade na educação, o porquê de isso ter ocorrido e se a vida de trabalho teve alguma influência neste caso. Para a coleta de dados, foi realizado o diálogo com os estudantes e referências bibliográficas para contribuir com a análise. Do ponto de vista teórico, foram utilizadas as referências bibliográficas que abordam a educação no espaço rural, sobre os efeitos da desvalorização da educação no campo e sobre a importância das políticas públicas para o direito e valorização à educação do campo e para o campo.

Através das referências teóricas e práticas, trabalhamos os nossos olhares geográficos, na construção de pensamentos/reflexões em conjunto aos estudantes.

No decorrer do primeiro capítulo, analisou-se: *A educação como direito e o abandono escolar da área rural*, trazendo reflexões e questionamentos: se a educação pública, é realmente pública para todos os públicos? O qual também tem um subtítulo denominado como: *O abandono escolar na área rural, apresentando dados das escolas Estaduais do município de Piedade-SP*.

O segundo capítulo traz a discussão sobre o *Jovem estudante trabalhador rural*, que a partir de entrevistas relatam seus *sonhos, desabafos e esperanças*, falando de seus sentimentos, com esperança de conseguir concluir seus estudos e ter uma melhor qualidade de vida.

Por fim, o terceiro capítulo fala sobre: *Por uma educação do campo*, sendo um texto desenvolvido com base no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sendo uma das suas principais lutas, a Educação do Campo, na perspectiva do educador Paulo Freire.

2 EDUCAÇÃO COMO DIREITO E O ABANDONO ESCOLAR DA ÁREA RURAL

Pensar em educação não é apenas pensar em um espaço escolar. Pensar a educação é pensar no processo formativo enquanto ser humano, enquanto ser social, político, histórico e cultural. Mas para pensar neste processo formativo, para dentro do ambiente escolar, é preciso que o modelo educacional esteja caminhando lado a lado com a realidade do indivíduo, ou seja, um modelo educacional que não exclui e nem nega a sua realidade, o qual compreenda as suas necessidades e que valorize a sua bagagem de conhecimentos que traz consigo. A Educação não ocorre apenas nos espaços escolares, mas a todo momento estamos aprendendo e compartilhando algo novo, através de nossas vivências e leituras de mundo, seja no espaço familiar, na comunidade, na rua, como seres sociais e culturais. A todo momento estamos trocando experiências e aprendizagens que se constituem como parte de nossos processos formativos; e esses conhecimentos que adquirimos fora do espaço escolar, o conhecimento vivido, deve ser levado em consideração dentro da aprendizagem escolar, justamente pelo fato de a educação ser uma das formas mais importantes de construir, integrar e socializar as pessoas.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (...) existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. (BRANDÃO, 2003. p.6.)

O espaço escolar precisa ser um espaço de direito, de dever, de construção e liberdade, mas esse processo de construção deve partir através das realidades dos estudantes. Pensando no espaço escolar, vem a questão: A educação pública é pública para todos os públicos?

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual também afirma que a educação é um direito e um dever de todos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais

A Constituição Federal de 1988 e a LDB trazem em seus artigos, a educação tem e deve ser para todos e todas. Para pensar em políticas públicas, antes é preciso pensar sobre a diversas realidades que existem, portanto, é importante refletirmos sobre o quão presente a lei está na realidade dos Brasileiros.

Saviani (2013) em seu artigo *Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual* diz que é importante distinguir a proclamação de direitos e a sua efetivação; que a cada direito corresponde um dever. Então, se a educação é proclamada como um direito e reconhecida como tal pelo poder público, cabe a esse poder a responsabilidade de promover os meios para que o direito constituído, de fato, se efetive. A educação é um direito do cidadão e dever do Estado.

Como mencionado, falar em políticas públicas é falar sobre diferentes realidades e o recorte deste trabalho se pauta na realidade da educação escolar no espaço rural. A realidade do (a) estudante da área rural é diferente do (a) estudante da área urbana. As maiores taxas de abandono escolar se encontram nos espaços rurais, assim como também, o maior número de pessoas não letradas.

Para refletirmos sobre isso, podemos fazer a leitura da tabela 1, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do período entre 2000 e 2010, de todas as macrorregiões brasileiras, sobre o analfabetismo (pessoas não letradas):

Tabela 1: Taxa de analfabetismo no Brasil entre 2000 e 2010.

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	2000	2010	Situação do domicílio			
			Urbana		Rural	
			2000	2010	2000	2010
10 anos ou mais de idade						
Brasil	12,8	9,0	9,6	6,8	27,7	21,2
Norte	15,6	10,6	10,4	7,4	28,7	20,0
Nordeste	24,6	17,6	18,3	13,3	39,5	29,8
Sudeste	7,5	5,1	6,5	4,5	17,2	13,4
Sul	7,0	4,7	6,0	4,1	11,2	8,2
Centro-Oeste	9,7	6,6	8,5	5,8	18,0	13,3
15 anos ou mais de idade						
Brasil	13,6	9,6	10,2	7,3	29,8	23,2
Norte	16,3	11,2	11,2	7,9	29,9	21,3
Nordeste	26,2	19,1	19,5	14,3	42,7	32,9
Sudeste	8,1	5,4	7,0	4,8	19,3	14,7
Sul	7,7	5,1	6,5	4,4	12,5	9,0
Centro-Oeste	10,8	7,2	9,4	6,3	19,9	14,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Fonte: IBGE 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf Acessado em: 20 de fevereiro de 2024.

Conforme os levantamentos dos dados, nota-se que em todas as macrorregiões brasileiras, o número maior de pessoas não alfabetizadas se encontra no espaço rural, o que nos leva a questionar o porquê de isso acontecer. Essa realidade pode se dar por diversos motivos, dentre eles pelo fato de os moradores do campo iniciarem sua jornada de trabalho ainda muito jovens. Entre outros fatores, a questão geográfica também se torna um problema, pelo fato de muitos moradores do campo não terem uma escola em seu bairro, em sua comunidade, existe também a falta de transporte e/ou acesso ao transporte, além do abandono dos serviços públicos nas estradas. Há, portanto, a reprodução das desigualdades sociais que não resultam apenas no abandono da escola, mas tira dessa população, um dos nossos maiores meios de como nos expressamos enquanto cidadãos: o nosso direito à leitura e a escrita. O processo de alfabetização vai muito mais além do que um letramento, pois é através do processo educativo que melhor compreendemos a nossa realidade e fazemos leituras de mundo, leituras essas, que podem, e são diversas.

Paulo Freire (2006) nos diz que ser alfabetizado não é ser livre; é estar presente e ativo na luta pela reivindicação da própria voz, da própria história e do próprio futuro.

Pois, a alfabetização não é o equivalente de emancipação, do modo mais limitado. Mas é fundamental que ela seja compreendida como precondição em lutas em torno tanto de relações de significados quanto de poder.

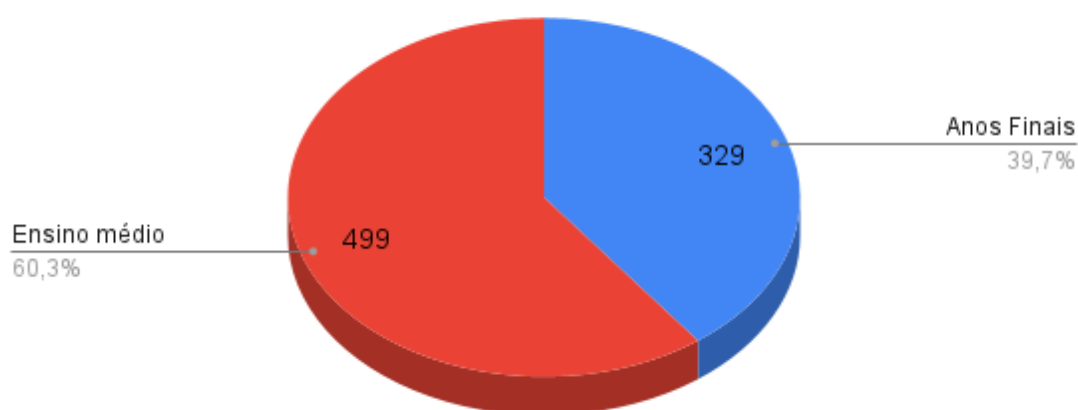
A alfabetização é um ato político, onde mulheres e homens não apenas aprendem a ler, mas buscam, compartilham, constroem suas relações enquanto seres sociais, os quais transformam e modificam o tempo e o espaço, tendo a consciência de que não somos apenas objetos da história, mas seres que constroem a história.

Entretanto, quando o direito à alfabetização está na legislação, mas está distante da realidade da população mais pobre, evidencia-se uma educação que deve ser pública, mas que não atende a todos os públicos. Ou seja, o direito à alfabetização passa a ser negado, pessoas passam a ser negadas, suas realidades, sua cidadania, o seu processo formativo educacional, social, político e cultural.

2.1 O ABANDONO ESCOLAR DA ÁREA RURAL

No texto que segue será apresentado um levantamento de dados do abandono escolar dos estudantes dos Anos Finais e Ensino Médio, das áreas rurais do Município de Piedade-SP, o gráfico 1 representa o número total de estudantes que abandonaram a escola durante o período de 2010 a 2019, a partir de dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Podemos observar que o abandono escolar dos estudantes do Ensino Médio foi maior do que dos Anos Finais.

Figura 1: Abandono dos Anos Finais e Ensino Médio em escolas rurais do Município de Piedade-SP (2010 a 2019)



Fonte: INEP 2021. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/> Acessado em: 16 de setembro de 2021. Organização: AKUNE, Mônica; OLIVEIRA, Isabella (2021).

Os dados deste gráfico foram obtidos a partir do site QEdu, o qual o INEP é o responsável pelo levantamento dessa coleta de dados. E através desse site, foram realizadas pesquisas de todas as escolas estaduais de áreas rurais do município, a partir da categoria denominada como “Rendimento Escolar”, a qual foi possível ver a quantidade de estudantes aprovados e reprovados e através desses números, foram feitas somas desses dados, para obter os números de matriculados de cada escola; ainda na mesma categoria, também foram obtidos os números de estudantes que abandonaram o espaço escolar.

Estes dados, nos possibilitam refletir e questionar sobre o porquê de o abandono escolar do Ensino Médio ser maior do que o abandono do Anos Finais. Muitos dos estudantes da área rural começam a trabalhar desde cedo, para poder ajudar na renda familiar, para poder comprar seus próprios acessórios, seja um par de tênis, uma roupa, o que for de sua necessidade... E conforme a idade vem chegando, as obrigações tendem a se dobrar. Mas, claro que esta realidade não ocorre apenas nas áreas rurais, seja ela no meio urbano ou rural, estas realidades estão presentes nas vidas dos estudantes das classes populares, aos estudantes que pertencem a classe trabalhadora. Mas, é preciso ressaltar que, no decorrer do contexto histórico do rural, os filhos dos trabalhadores do campo, desde cedo já são vistos como “ajudantes” no trabalho, o que pode acabar afastando a criança/adolescente da escola.

A questão do trabalho infantil é compreendida não como forma de exploração, mas de obrigação familiar, que deve ser cumprida. Desde muito pequenas, as crianças aprendem os ofícios próprios do campo e estão também envolvidas com os trabalhos domésticos, com os quais dividem seu tempo na escola. Essa dupla jornada de atividades, percebida como normal pelos pais, compromete a aprendizagem das crianças pelo cansaço, em razão do esforço dispendioso. (CAVALCANTE, 2003 apud RANGEL, 2011, p. 04)

A geógrafa Neusa Mariano, traz em seu livro *Fogão de Lenha, chapéu de palha*, o relato de um senhor (“seu” Cido) sobre a sua experiência da infância que, por volta dos anos de 1957 a qual misturava-se com a responsabilidade do trabalho:

O serviço nosso, desde a idade de 8 ano eu já carpia café já. Idade de 8 ano... inclusive, esqueci de fala p’ocê, eu e meu irmão, nois ia um-dia-sim-um-dia-não na escola pra podê ajudá meu pai carpi café. Um dia eu ia carpi café, um dia eu ia na escola, então era desse jeito pra podê da uma força pro meu pai né. (MARIANO, 2011, p. 82).

A realidade do Sr. Cido do final da década de 1950 parece estar bem distante do nosso mundo atual, visto que a sua infância se misturava ao trabalho, frequentando precariamente a escola. No entanto, ainda é perceptível realidades como a dele, através da fala de uma das alunas que participaram desse trabalho, e nos faz observar que essa desigualdade ainda se faz presente:

“Às vezes eu acabo cochilando em cima da certa, mas não é porque eu não quero estudar, é porque estou cansada, por ter que conciliar o trabalho com a escola”.

No livro *Pedagogia da Esperança* do professor Paulo Freire, o autor traz um diálogo em que teve com um dos camponeses que participavam do seu projeto de alfabetização, em que o trabalhador do campo, traz em sua fala sobre, não ter tido a oportunidade de ir à escola e de que não tem leitura, não tem estudo, por justamente ser um camponês:

“Paulo Freire: O que é ser um camponês?

Trabalhador do campo: É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol, sem direitos, sem esperança de um dia melhor” (FREIRE 2019, p.68).

Pela falta de investimento e de valorização a uma pedagogia voltada ao campo, dado historicamente pelo abandono dos governos, muitos moradores do campo não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente escolar, e conseqüentemente, resultando em desigualdades, injustiças, e afetando até mesmo sua autoestima.

Dentro da perspectiva Freireana, a alfabetização não é tratada meramente como uma habilidade técnica a ser adquirida, mas sim como um fundamento necessário para a autonomia e liberdade dos homens e das mulheres, neste sentido a alfabetização é um projeto político, no qual então, homens e mulheres, afirmam o seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler/escrever, compreender e de transformar sua realidade ou (conquistar seus desejos pessoais), mas também em seu em torno, da sociedade como um todo. Neste sentido, a alfabetização é fundamental para erguer agressivamente a voz de cada um como parte de um projeto mais amplo de possibilidades (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 07). Possibilidades criadas e executadas por eles mesmos, onde transformam seu meio.

3 O JOVEM ESTUDANTE TRABALHADOR RURAL

Dentro do sistema capitalista, tudo vira mercadoria. Inclusive a educação, refletindo em desigualdades, e principalmente para a população do campo. Os jovens não são cativados para a vida no campo, não há estímulo, pois, conciliar o estudo e o trabalho não é tarefa fácil, ainda mais quando é um trabalho árduo, quando não é um trabalho valorizado como deveria ser, e tornando a mão de obra barata.

A nova geração do campo está sendo deseducada para viver no campo. Perdendo sua identidade e raiz e seu projeto de aprender da sabedoria dos seus antepassados e de produzir novos conhecimentos para permanecer no campo. (CALDART, 2002, p.12).

Nessa perspectiva, o texto traz algumas falas dos estudantes que relataram sobre suas vivências e leituras de mundo, falando sobre suas trajetórias e dificuldades ao conciliar a escola e o trabalho. Ao decorrer da pesquisa é possível compreender como a precarização do trabalho rural afeta a vida dos estudantes, que precisam conciliar o trabalho e escola e por consequência acabam por ter uma precarização na educação formal.

Os relatos a seguir intensificam essa realidade:

1º Estudante: “Muitas pessoas acabam se envergonhando pelo serviço que fazem, eu não tenho nenhum pouco de vergonha pois é daquele trabalho que eu consigo conquistar as minhas coisas e me sustentar. Porém não pretendo continuar trabalhando na roça, pois eu sei o quanto é difícil e as condições não são boas”.

2º Estudante: “O salário não é muito bom e o serviço também não. É muito cansativo. Porém dependo disso”.

3º Estudante: “O preço dos produtos é caro no supermercado e a mão-de-obra é barata demais. Enquanto os agricultores trabalham muito e ganham pouco. Deveria ser mais valorizado pois sem o meio da produção agrícola o país não move”.

Pode-se fazer um comparativo nas falas desses estudantes através de suas experiências enquanto classe trabalhadora como: os três estudantes enxergam a importância da agricultura e do seu trabalho para a sociedade, mas no outro ponto de

partida sentem a desvalorização da sua mão de obra, a qual impossibilita uma visão de futuro na vida no trabalho do campo.

O campo é o espaço geográfico e político onde os sujeitos sociais, tanto do campesinato quanto do agronegócio, executam seus projetos de vida para o desenvolvimento. Infelizmente, o modelo que vem sendo privilegiado pelos governos nas últimas décadas é o do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. Nesse contexto, não só o campo, mas toda a sociedade, vive uma situação de grande exclusão econômica, social e cultural, necessitando buscar saídas. (RIBEIRO, 2007 p.259).

As duas falas a seguir relatam suas dificuldades para conciliar os estudos e trabalho:

4º Estudante: “Às vezes eu acabo cochilando em cima da carteira, mas não é porque eu não quero estudar, é porque estou cansada”.

5º Estudante: “Teve um tempo em que, eu faltava todas as terças-feiras na escola, porque o barracão onde eu trabalhava ia até mais tarde nesse dia”.

Os estudantes do campo são os que sofrem diretamente com os efeitos perversos do agronegócio, por isso a importância de uma pedagogia voltada à cultura do campo, respeitando a realidade de vida dos moradores e suas leituras de mundo, como aborda a pedagoga Roseli Caldart:

Não queremos ajudar a formar trabalhadores do campo que se conformem ao modelo de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implementação de um outro projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo... (CALDART, 2002, p.23).

E para que os jovens tenham interesse em permanecer no campo, políticas públicas precisam ser criadas e executadas, como, segundo o Decreto 7352/2010, qual dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. em seu artigo 10 conceitua população de campo e escola do campo:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da

floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010).

Onde essa população tenha seus direitos garantidos, sendo estes princípios da educação do campo, em seu artigo 20:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Portanto, o campo é um espaço de reivindicação de luta dos seus povos, pela sua emancipação, pela sua autonomia, seja no trabalho, na arte, na música, na cultura, na história, na política e na educação; por isso a importância da educação do campo para o campo, para resistir, pelas possibilidades de criar e recriar, pela valorização dos seus saberes e fazeres, pelo pensamento crítico do seu povo, enquanto seres políticos, enquanto sujeitos de sua própria história e agentes da transformação social.

3.1 ENTRE SONHOS, DESABAFOS E ESPERANÇA

Os alunos apresentaram as suas dificuldades e também relataram o período durante a pandemia da covid-19, com a falta de acesso à internet. Aqui, faz-se importante trazer a fala deles com relação, não só às dificuldades com relação ao trabalho, mas também falam do futuro.

Dois estudantes falaram de seus sentimentos enquanto pequenos produtores:

1º Estudante: “Nossos corres são tudo em vão. Porque quem acaba enriquecendo são os donos dos mercados. E ainda reclamam quando pagam para o agricultor um pouco acima do preço”.

2º Estudante: “A gente que é pequeno produtor, mesmo que seja pouco a despesa é cara, e infelizmente às vezes ficamos no prejuízo e ainda perdemos mercadoria, principalmente nessa pandemia, precisamos vender muito para ver a cor do dinheiro, mas a gente não consegue investir muito(...) No mercado o pessoal paga o preço que for, mas para o produtor não(...) Mesmo tomando prejuízo, mesmo ganhando pouco, a gente continua plantando na esperança de que na próxima acertamos, mas está difícil”.

Com o desenvolvimento do capitalismo no espaço rural, os trabalhadores do campo têm sua força de trabalho desvalorizada.

Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a se subordinar, como mera peça dependente, aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas. (WELSHLMER, 2013, p. 5).

Toda riqueza produzida através da dedicação e esforço dos trabalhadores, se torna lucro ao mercado. O lucro da produção agrícola é extraído da força de trabalho desses jovens estudantes e se concretiza com a venda dos alimentos com preço elevado no mercado.

Os alunos relataram sobre suas dificuldades na aprendizagem no ensino remoto, no período da pandemia da Covid-19, uma delas, sendo a dificuldade de entregar as atividades aos professores. Um dos estudantes, realça em sua fala que, além de serem

estudantes, também são trabalhadores, trabalham o dia todo e chegam cansados em casa, e isto é um dos motivos de não conseguirem realizar as atividades.

As principais ferramentas para o ensino remoto ocorreu através do uso do celular e da internet, mas em alguns espaços do meio rural essas ferramentas ainda são de uma realidade muito distinta, como é abordado na fala de um estudante *“A maioria da turma que estuda na escola, não tem celular, internet na casa, o que torna as coisas muito mais difícil ainda”*.

Com a pandemia também vieram os sentimentos de abandono e insegurança, sentimentos estes, também provocados pelo descaso do governo Bolsonaro:

1º Estudante: “O governo está sendo uma porcária, ofertas de vacinas foram negadas desde que saiu a vacina, e só agora estão começando a vacinar, mas muitas vidas já se foram, não tem como voltar, não tem como as pessoas ressuscitarem para tomar a vacina”.

2º Estudante: “Não tem como achar algum ponto positivo no governo atual né, pelo amor de Deus. Não favorece a educação e muito menos a saúde”.

3º Estudante: “Aí gente, olha, eu estou no último ano da escola e real, tá ruim de aprender em... Não entendo nenhuma lição... Agora nem explicação tem. Não entendo, juro. A gente tenta fazer o melhor, só que em plena pandemia é complicado.... Dá para notar muito a desigualdade nesse momento de pandemia...”.

4º Estudante: “Acredito que quem tem a disponibilidade de internet conseguiu fazer algumas lições por conta própria, com auxílios de aulas pelo Youtube, mas mesmo com esse auxílio de alguns vídeos, era difícil de entender. A pressão que fica na cabeça, o quanto a gente se cobra porque precisa aprender e não consegue”.

5º Estudante: “Realmente é complicado sem explicação, quando comecei a fazer algumas lições entrei em desespero, não conseguia resolver e como eu estou querendo fazer o Enem estou estudando por conta própria e vendo muito vídeo aula”.

6º Estudante: “Fico indignada pois tem muitas pessoas das escolas públicas que tem um sonho a se realizar, a grande faculdade, o diploma. E por causa da injustiça não conseguimos um lugar lá dentro”.

7º Estudante: “Quem quiser ter alguma condição de fazer o Enem ou vestibular tem que estudar 100% por conta própria, porque se depender de alguma coisa do governo... Meu Deus...”.

8º Estudante: Sinceramente, a gente que é do sítio e que é pobre, é difícil fazer uma faculdade, primeiro, não estão nem aí para gente, e é a gente que move esse país... A maioria dos pais que moram aqui no sítio, se perguntar para eles *“ah pai/mãe como foi estudar?”* *“ah filho até a 4º série” aprender a ler e fazer conta, o básico do básico*”. E acho que todos os pais falam isso para filho *“vai à escola, estude, porque a caneta pesa menos que a inchada”*. Eu ouço isso desde criança, minha mãe sempre fala isso.

Esses relatos trazem um sentimento de muita tristeza e também a afirmação de como a desigualdade social se faz presente na vida dos estudantes das classes populares; mas ainda há os que dizem que, todos são iguais e que a meritocracia existe, que é só a pessoa se esforçar, que no final ela irá conseguir. Mas, como uma pessoa que precisa faltar toda terça-feira na escola por conta do seu trabalho ir até mais tarde, irá concorrer com o filho da classe média? Este, por sua vez, tem o privilégio de estudar o dia todo, o qual estuda em escola particular, além da oportunidade de fazer cursinhos para prestar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o vestibular, para então ingressar nas melhores universidades. Como é possível pensar em uma educação que realmente seja do direito de todas e todos dentro de um sistema tão desigual no qual vivemos?

A educação pública e de qualidade que deveria ser de acesso e direito de todos e todas, tornou-se um sonho distante aos estudantes do campo. Souza (2020) nos diz que, devido à ideia errônea que foi criada, que para os trabalhadores do campo, saber ler, escrever e realizar operações básicas de matemática já bastava, pois devido ao seu trabalho ser braçal isso já era o suficiente para viverem; o que gerou uma acomodação do Estado que por um longo período nada fez para combater as desigualdades educativas no meio rural brasileiro e que, mesmo com a existência de políticas públicas, o campo é deixado de lado.

É o que mostram os dados do Censo Escolar 2022, coletados pelo INEP, no que diz respeito à infraestrutura das escolas urbanas e rurais do país. Em relação ao saneamento básico voltado à rede pública de esgoto, a diferença é muito grande. Os números revelam, por exemplo que, 71% das escolas de área urbana contam com esgoto encanado, e somente 9% da área rural contam com esse serviço de rede pública, já 80%

contam com a fossa, porém, o mais agravante é que, 12% não tem nenhum tipo de serviço prestado. E quando se fala de água tratada, também existe uma grande diferença, o espaço urbano tem 94% deste serviço prestado, enquanto o rural, conta com apenas 33%, uma coisa que também chama atenção destes dados é, o acesso a internet banda larga, onde o urbano conta com 86% deste serviço e o espaço rural conta com 46%, e isto se torna um grande problema, como por exemplo, no governo do estado de São Paulo, o que se tem trabalhado nas escolas são as Plataformas Digitais, e que consequentemente precisa do acesso tecnológico e do uso da internet para poder realizar as pesquisas das atividades propostas, e essas plataformas são acessadas através do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), onde contam com o Khan Academy, plataforma com estudos voltado à ciências exatas, Redação Paulista, para a disciplina de Língua Portuguesa e a plataforma Alura, qual é responsável pelo ensino da disciplina de Tecnologia e Inovação e o Tarefas- SP, essa que por sua vez, os alunos precisam fazer em suas casas (como se fosse uma lição de casa) do conteúdo visto em sala de aula, porém é preciso fazer na plataforma. Com toda certeza, todas essas plataformas e seus conteúdos, são de muita relevância, e podem contribuir para a aprendizagem dos alunos, porém infelizmente, isso não se aplica na realidade de muitos.

A seguir, pode se observar na tabela as diferenças gritantes entre o espaço urbano e o rural em seu quesito de infraestrutura:

Tabela 2: Infraestrutura no espaço Urbano e Rural brasileiro em 2022.

INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	URBANO	RURAL
REDE DE ESGOTO (PÚBLICO)	71%	9%
ESGOTO FOSSA	32%	80%
ESGOTO INEXISTENTE	0%	12%
ÁGUA TRATADA (REDE PÚBLICA)	94%	33%
QUADRA DE ESPORTES	47%	16%

BIBLIOTECA	41%	16%
INTERNET BANDA LARGA	86%	46%
ENERGIA (REDE PÚBLICA)	100%	90%
TELEVISÃO	88%	52%
IMPRESSORA	73%	42%
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	41%	13%

Fonte: INEP 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil> Acessado em: 10 de junho de 2024. Organização: OLIVEIRA, Isabella (2024).

No livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire nos conta que, caminhava com um jovem educador em uma favela localizada em Olinda-PE, *“pelas trilhas de uma favela onde cedo se aprende que só a custo de muita teimosia se consegue tecer a vida com sua quase ausência – ou negação –, com carência, com ameaça, com desespero, com ofensa e dor...”*. Freire, dizia que, além dos mocambos, e da falta de infraestrutura e do saneamento básico, existia algo pior, um terreno em que se fazia depósito do lixo público, no qual os moradores dessa periferia *“pesquisavam”* no lixo, *“o que comer, o que vestir, o que os mantenha vivos”*, e tropeçando na dor humana, se perguntavam, em torno de um sem-número de problemas, *“o que fazer, enquanto educadores, trabalhando em um contexto assim?”*. E se questionava se existia algo a ser feito, como fazer e o que fazer.

Pensar a educação, não é apenas pensar na alfabetização e no intelectual, pensar a educação, é pensar no individual de cada aluno, de onde ele(a) vem, de qual espaço pertence, qual sua realidade, sua vivência e a sua cultura, tudo isso deve ser considerado antes mesmo do intelectual, pois para aprender bem, é preciso viver bem, comer bem, ter seus direitos básicos assegurados. Mas, a realidade tende a ser diferente. E Freire,

traz essa reflexão para nós, educadores: O que fazer? Há o que fazer? E como fazer? Quando nos deparamos com alunos que carregam uma realidade tão esmagada e negada por aqueles que detém o poder. Mas, apesar de todas as injustiças que nós professores de escolas públicas vemos e enfrentamos, precisamos acreditar que mudar é possível, Freire dizia que, ensinar exige a convicção de que a mudança é possível (2014). Freire também dizia que a esperança é muito importante neste processo de mudança:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (FREIRE, 1992. p. 45).

Pois, não estamos no mundo de forma neutra e muito menos imutável, nosso conhecimento não é neutro, nosso posicionamento ao mundo não é neutro, a educação não é neutra e por tanto, não podemos em hipótese alguma neutralizar as realidades que os alunos(as) trazem consigo, normalizar suas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia e tratá-las como algo “normal”, ou impossível de ser modificado, porque a falta do acesso ao básico, não pode ser considerado como algo normal. Nossa posição como educadores da rede pública não pode ser de adaptação, mas sim de que, mudar é possível, é difícil, mas é possível.

4 POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao abordar a Educação do Campo, é importante considerar a perspectiva de uma totalidade, a qual está ligada ao contexto social entre diversos aspectos da vida no campo, como: trabalho, cultura, meio ambiente e políticas públicas. E reconhecer estes aspectos é um fator essencial para a construção de uma educação do campo.

A professora Roseli Caldart qual tem dedicado seus estudos sobre a Educação do Campo, nos diz que, a educação do campo nasce como uma crítica à realidade da educação brasileira, particularmente a situação educacional da população que trabalha e vive no campo, trata-se também de uma crítica prática: de lutas sociais pelo direito à educação, que está conectada à luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, pela reforma agrária, por condições de uma vida digna no ambiente que ela aconteça (no campo).

Também é importante reconhecermos os movimentos sociais como protagonistas da Educação do campo, movimentos estes, que lutam pela reforma agrária, e especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Roseli Caldart também explica a origem, o ‘do’ da Educação do Campo, o qual tem a ver com o protagonismo dos moradores do campo:

Não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é dos trabalhadores, educação do campo, dos camponeses, pedagogia do oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites impostos pelo quadro em que se insere, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas. (CALDART, 2009, p. 07).

Portanto, o ‘do’ indica uma propriedade da educação por parte de seus sujeitos, destacando que a educação não é algo externo e muito menos imposto, mas sim uma construção que se faz das próprias experiências, necessidades, lutas e sonhos das pessoas que vivem e trabalham no campo. A concepção de Educação do Campo, também está alinhada com a Pedagogia do Oprimido, do professor Paulo Freire (1968), a qual ressalta a importância atividade dos oprimidos no processo educacional, com análise crítica da realidade para a transformação social.

A professora também aborda sobre a crítica que a Educação do Campo traz, sendo:

A crítica originária da Educação do Campo à escola (ou à ausência dela) nunca defendeu um tipo específico de escola para os trabalhadores do campo. Sua crítica veio em dois sentidos: sim, a escola deve estar em todos os lugares, em todos os tempos da vida, para todas as pessoas. (CALDART, 2009, p. 46).

Ou seja, assim como as escolas dos centros urbanos são importantes e precisam de projetos pedagógicos voltados para a realidade de seus estudantes, as escolas dos espaços rurais também precisam. Essa crítica fundamental da Educação do Campo à escola se baseia na compreensão de que a educação não pode ser vista como algo desvinculado de seu contexto histórico, social e político. Em vez disso, enfatiza a importância de uma abordagem contextualizada voltada às necessidades e realidades específicas das comunidades rurais e de seus trabalhadores do campo. Portanto, a própria concepção de educação, não pode ser neutra, despolitizada ou baseada em uma única verdade absoluta. Pelo contrário, a Educação do Campo ressalta a necessidade de uma educação historicamente situada, pedagogicamente comprometida, politicamente engajada, emancipatória, com capacidade de transformação social, construída e feita através de sua população, a sua comunidade e seus trabalhadores.

A educação e o trabalho têm uma relação central para a formação humana e para a produção do ser humano, visto que, o trabalho não é apenas uma atividade voltada à economia, mas faz parte de um processo de criação e transformação que molda identidades, valores e interações sociais. No espaço rural, as formas de trabalho são frequentemente mais próximas da natureza, e essa relação tem uma grande importância e passa a ser uma questão fundamental que a Educação do Campo levanta ao relacionar educação e trabalho, no contexto das comunidades rurais e dos trabalhadores do campo. Busca entender a potencialidade das diferentes formas de trabalho desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, reconhecendo que o trabalho pode tanto contribuir para o desenvolvimento humano e para os processos educacionais que podem ser enriquecidos pela sua experiência e sua prática, mas que também por outro lado, o trabalho pode reproduzir relações de exploração e dominação (tanto ao ser humano e a natureza).

A Educação do Campo defende uma abordagem pedagógica que reconhece e valoriza o conhecimento empírico dos trabalhadores do campo e de sua comunidade.

A democratização exigida, pois, não é somente do acesso, mas também da produção do conhecimento, implicando outras lógicas de produção e superando a visão hierarquizada do conhecimento da própria modernidade capitalista. As questões hoje da construção de um novo projeto/modelo de agricultura, por exemplo, não implicam somente o acesso dos trabalhadores do campo a uma ciência e a tecnologias já existentes. Exatamente porque elas

não são neutras. Foram produzidas desde uma determinada lógica, que é a da reprodução do capital e não a do trabalho. Esta ciência e estas tecnologias não devem ser ignoradas, mas precisam ser superadas, o que requer uma outra lógica de pensamento, de produção do conhecimento. (CALDART, 2009. p. 44).

Como Caldart aborda, os movimentos sociais são grandes agentes para a construção da Educação do Campo, e em especial o MST, sendo a educação uma das prioridades do movimento.

O MST propõe uma educação voltada a práticas coletivas, sendo um projeto de emancipação na qual o povo do campo, os trabalhadores e trabalhadoras são protagonistas, onde suas vivências e leituras de mundo protagonizam a construção para uma educação como prática de liberdade, no ato de construir, resistir e lutar com esperança, para assim transformar o mundo.

A Educação é uma das áreas prioritárias de atuação do MST, que desde a sua origem desenvolveu processos educativos e incluiu como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da infância à universidade. Entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo e pelas transformações socialistas. (MST, agosto 2021).

O MST trouxe importantes contribuições para o campo brasileiro, como consta em seu site. Elencamos algumas:

- Mais de 2 mil Escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos.
- Garantia ao acesso à educação para 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos.
- 50 mil Adultos alfabetizados.
- 2 mil Estudantes em cursos técnicos e superiores.
- Mais de 100 Cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país. (MST, agosto 2021).

O MST tem como objetivo a alfabetização entre jovens e adultos, pois a educação se faz como ferramenta principal para emancipação política e cultural dos assentados e acampados. Como aborda Bauer (2013) a luta pela educação é também a luta pela cidadania. Portanto, essa educação se constrói a partir do espaço onde vivem.

A construção da educação do MST é inspirada na pedagogia Freireana; Paulo Freire foi um filósofo e educador progressista que sempre esteve ao lado das classes populares, em sua trajetória teve uma grande experiência com os trabalhadores do campo. Sua metodologia pedagógica sempre valorizou a importância do diálogo e o respeito à realidade de cada indivíduo, o respeito às suas experiências, às suas culturas e à sua autonomia, pois é a partir da leitura de mundo que pronunciamos a nossa palavra; e ignorar as experiências de vidas dos educandos, as suas histórias e suas linguagens, é

negar a sua realidade de vida. Freire nos diz em seu livro *Leitura do mundo leitura da palavra*:

A alfabetização e a educação, de modo geral, são expressões culturais. Não se pode desenvolver um trabalho de alfabetização fora do mundo da cultura, porque a educação é por si mesma, uma dimensão da cultura. (FREIRE, 2006, p.33).

A educação para ser transformadora, não pode estar distante do mundo, da realidade, da cultura do educando. A partir da nossa compreensão da realidade, da nossa leitura de mundo, é que aprendemos, trocamos nossos saberes e construímos. Nós nos construímos como seres políticos no mundo da história, da ciência, da cultura, seres conscientes do nosso papel de intervir as realidades para transformar e não de nos adaptarmos a elas e as injustiças sociais que nos cercam.

Essa prática educativa faz com que, o(a) aluno(a) construa seu pensamento crítico, com base de que também é o protagonista, também é o(a) autor(a), também tem escolhas e direitos e por isso, luta.

O MST luta pela a educação no campo ser a educação do campo, com base em uma política pedagógica voltada à cultura do campo, onde seu povo se reproduz como protagonista da sua história e que a partir disso, produzem novos saberes, diferente de uma educação que seja apenas pensada do modo de vida da cidade, esse modelo educacional que se reproduz, a qual só prioriza o modo de vida urbano acaba afastando o jovem do campo de sua própria identidade e até mesmo o deixando com baixa autoestima, desejando sair do campo para migrar na cidade, para poder se “suceder” no urbano.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõe a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade em comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino. (CALDART, 2002, p.19).

Essa abordagem da Educação do Campo ressalta a importância do acesso à produção do conhecimento pelos trabalhadores rurais e pelas comunidades do campo. Tendo uma visão crítica às condições de trabalho no campo, às relações de poder ao seu processo produtivo, questionando quais conhecimentos são valorizados e exigidos no contexto da agricultura voltado ao industrial e ao negócio, e como esses conhecimentos

podem desvalorizar ou excluir os saberes locais e tradicionais/culturais das comunidades rurais e como isso pode refletir na formação de sua população. Caldart (2009), complementa que, no desafio atual em relação à agricultura camponesa, não se trata de uma ‘extensão’, mas sim de uma ‘comunicação’, com e entre a população do campo para produzir o conhecimento necessário, visto estes dois termos em Paulo Freire (1969), o termo ‘extensão’ vem em um contexto de ensino propagandístico e dominador, sendo que, o “extensionista” não tem outra opção, além a de transferir seu conhecimento de maneira persuasiva, trazendo o educando em uma posição de apenas paciente da ação, sem a possibilidade de uma troca de recriação/criação do conhecimento. Já o termo ‘comunicação’ na educação, permite a equivalência de valores, o educador e o educando aprendem juntos, e isso se dá pela arte do ensino de trocar, pelo diálogo, pela *comunicação*, pela aprendizagem mútua, qual promove a conscientização de que todos são agentes transformadores do mundo, portanto, aprendem, ensinam e constroem juntos.

A construção da educação do campo, é a construção da cidadania e direito do seu povo, enquanto seres políticos. Para Caldart (2000) é preciso parar com a visão estreita de educação como preparação da mão-de-obra e a serviço do mercado, é preciso que a educação nos ensine a pensar enquanto seres humanos, enquanto sujeitos, sujeitos de diferentes culturas, sujeitos enquanto classe trabalhadora do campo, os quais também intervêm ao mundo, também muda, também transforma, com a sua autonomia de pensar, de criar, recriar, de questionar e escolher.

5 CONCLUSÃO

Historicamente a educação no espaço rural sofre com uma grande desigualdade educacional, sendo excluídas das políticas públicas, por aqueles que detém o poder. Isso reflete na sua desvalorização, com a falta de uma pedagogia voltada à população e à valorização da cultura do campo, conhecimento de seus antepassados. Os alunos e alunas que participaram da construção deste trabalho ressaltaram isso em suas falas, os(as) jovens nos mostraram ter plena consciência do quanto seu trabalho é importante para toda sociedade, mas que por outro lado, mesmo com toda sua grandeza, é um trabalho desvalorizado e que por esse fator acaba até mesmo refletindo em seu contexto escolar pois, a educação no espaço rural vem sendo uma educação voltada à vida urbana, valorizando apenas as tecnologias voltadas aos centros, à produção, sendo uma educação a serviço da economia de mercado. A construção de sociedade moderna, pós revolução industrial, onde a empregabilidade e qualidade de vida só se encontram no meio urbano, causa essa ilusão de que o espaço urbano é a centralidade do mundo, ilusão construída pelo sistema capitalista, provocando a desvalorização do conhecimento empírico e a vida da população do campo. A migração dessa população para o centro urbano se torna uma realidade, onde o desejo de uma melhoria e qualidade de vida torna-se o principal ponto da evasão e a esperança dessas pessoas.

O geógrafo Milton Santos (2000, p.46) nos diz que:

A competitividade, a ausência de compaixão, nos últimos séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência estabelece como regra a competitividade(...) E com isso se implanta novas concepções sobre o valor a cada objeto e indivíduo, a ideologia da competitividade de produção e de consumo, acaba por fim sendo a responsável pela ampliação do desemprego, do abandono da educação e o desapareço à saúde como um bem individual e social inalienável.

E a citação do professor Milton Santos, acaba se afirmando ainda mais com a fala de três alunas entrevistadas, quando uma das alunas cita que, tem um grande sonho para se realizar, qual é ingressar na faculdade e conseguir seu diploma, mas em sua fala, traz a frustração diante das barreiras que impedem o acesso a oportunidades iguais, como uma educação de qualidade.

Na segunda fala, a aluna admite que cochilou na aula e que o cansaço, nesse contexto, não é um sinal de desinteresse, mas uma consequência das múltiplas responsabilidades que ela e outros alunos enfrentam, como ter que conciliar o trabalho e escola, que acaba por fim revelando um desgaste físico e mental.

A terceira fala de uma aluna, também aborda sobre a necessidade de conciliar o trabalho e estudos e apresenta como a busca por sustento pode interferir na frequência escolar. No qual faltar às aulas se tornou uma necessidade, não uma escolha, o que acaba gerando grandes problemas para a sua aprendizagem.

E justamente por isso, que é de extrema importância os órgãos governamentais pensarem, criarem e praticarem políticas públicas que assegurem o direito à escola para os estudantes do campo em uma pedagogia voltada à valorização do campo.

Uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas, que garantam o seu direito à educação, e uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensando desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002, p.18).

A luta pela educação no campo é a luta pela cidadania do seu povo, respeitando o seu modo de ler o mundo, o seu modo de se pronunciar ao mundo, na construção de uma pedagogia que considere o seu conhecimento empírico, valorizando então, a sua vivência, sua cultura, os saberes dos seus ancestrais, que reconheça a importância do trabalho dos camponeses, a importância de se reconhecer como classe trabalhadora, como aquela que produz, que sustenta, que gera, que cuida e alimenta o seu próximo, seja ele/ela do campo ou do centro da cidade; por isso a importância do poder público promover uma educação que se constitui através dos povos do campo, onde as pessoas tenham o direito de ser educadas no lugar onde vivem, pela valorização de sua realidade, de sua cultura e pela sua autonomia de criar novos saberes, de produzir cultura e ciência, como protagonistas no mundo da história, da cultura, da educação, da política e como agentes transformadores da sociedade. É nosso dever político, enquanto sociedade, reconhecer que a luta pela educação do campo também é nossa, lutar contra o sistema capitalista em que o agronegócio tem sua parcela de responsabilidade por este descaso. O lucro, no capitalismo, está acima de vidas, com a exploração da mão de obra da trabalhadora e do trabalhador do campo, tirando a oportunidade da criança e do

jovem frequentar a escola, seja pelo motivo das condições geográficas pela falta de uma escola em seu bairro, pela falta de transporte ou, pelo fato dessa criança ou jovem ter que ir trabalhar desde cedo para ajudar seus pais.

A luta pela educação do campo também é uma luta da Reforma Agrária, a luta é pelo direito de viver e trabalhar na terra com segurança, a luta é pela melhor condições de trabalho aos trabalhadores rurais, a luta é pela comida no prato, pela segurança alimentar; pois é inadmissível um país como o nosso, como uma expansão territorial tão grande, um país tão rico em alimentos, onde ainda milhares de pessoas se encontram abaixo da linha da pobreza, como diria a Carolina Maria de Jesus (2001, p.26) em seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome... A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo.”

Somos sujeitos da história, como sujeitos que intervêm no mundo, sujeitos que fazem parte da construção política e histórica, sujeitos que fazem escolhas, e não sujeitos que simplesmente se adaptam ao mundo e a um sistema, somos sujeitos capazes de agir e de transformar, sujeitos que não podem estar de forma neutra com o próximo, sendo a nossa existência um ato político, precisamos estar sempre de forma comprometida. Freire (2014) nos diz que uma das coisas mais belas na luta da vida, da nossa existência, é a possibilidade de se conseguir ou não conseguir as coisas que buscamos. A luta pela construção do poder popular, é uma luta coletiva de toda sociedade, seja do urbana ou rural e dentro desta construção, a educação do campo precisa estar em pauta, não só como um compromisso dos(a) camponeses, mas como, um compromisso de todas e todos nós.

Concentração de direitos
 (aos que acreditam)
 Necessitamos de um tempo que plante ideias
 E pratique ações transformadoras.
 Que desmonte as ordens de quem escraviza,
 Que provoque desejos desmedidos,
 Que humanamente eduque as gerações.
 Não aceitamos mais
 As diferentes faces da mesma dor,
 A morte da sensibilidade,
 A concentração de direitos,
 O não tempo para o amor,
 A prisão para liberdade. (LOPES, 2020, p.65)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: Formação nos princípios educacionais do MST. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**, Belo Horizonte, v. 05, n. 09, p. 104-113, jul./dez. 2013.

CALDART, Roseli. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 277 p.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: **notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

CALDART, R.; S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAVALCANTE, L. O. H. Das práticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. **Ensaio: avaliação, políticas públicas e Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.

CORRÊA, Avani Maria de Campos; DE OLIVEIRA, Guilherme; DE OLIVEIRA, Anny Carolina. **O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos**. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 34-47, 2021.

DE CAMPOS CORRÊA, Avani Maria; DE OLIVEIRA, Guilherme; DE OLIVEIRA, Anny Carolina. **O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos**. Revista Prisma, v. 2, n. 1, p. 34-47, 2021.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização leitura do mundo leitura da palavra**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 167 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 26. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 333p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 142 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 253p.
HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir a Educação Como Prática da Liberdade**. 2. Ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2020. 283 p.

JESUS, Carolina. **Quarto de despejo** diário de uma favelada. 8. Ed. São Paulo: Cromosete, 2001. 173 p.

LOPES, Diva (org.). Consciência. In: MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís (org.). **LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade**. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2021. Cap. 4. p. 54-65.

MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha, chapéu de palha: as manifestações da cultura caipira em Jaú (SP)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. 183 p.

RANGEL, M; CARMO, R. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011.

RIBEIRO, Simone; FERREIRA, Ana Paula; NORONHA, Suely (orgs.). Educação do Campo e Agroecologia. In: PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (org.). **Construção do conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Recife: Grupo de Trabalho Sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação Nacional de Agroecologia (Gt-Cca / Ana), 2007. Cap. 3, p. 256-266.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SOUZA, Everton. Escolas do campo e o ensino remoto: vozes docentes nas mídias digitais. **Revista Cocar** V.14. N.30 Set./Dez./2020 p.1-18.

SOUZA, M. A. Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.33, n.120, p. 745-763, jul./set, 2012.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais**, v. 02 Recôncavo da Bahia janeiro-junho de 2013: 51-78.

Sites utilizados:

ALENTEJANO, P; CORDEIRO T. **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos> / Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

Assessoria de imprensa do Inep. **Estudo mostra a realidade da educação no campo**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/outros/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo> Acesso em 10 de abril de 2023.

Brasil. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da união**: seção 1, Brasília, DF,

ano 131, n. 521. p. 1-47, 13 de julho de 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>

Acesso em 27 de outubro de 2023.

Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em [/http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file](http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file) Acesso em 10 de junho de 2024

JusBrasil. **Artigo 28 da Lei no 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691706/artigo-28-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> Acesso em 10 de agosto de 2023.

MST. **Educação mst.** Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

Plataformas educacionais orientações. Disponível em: <https://desul2.educacao.sp.gov.br/comunicado-desu2-no-567-2023-plataformas-educacionais-orientacoes/> Acesso em 10 de junho de 2024.

Qedu. **Use dados que transformem a educação.** Disponível em: <https://qedu.org.br/brasi> Acesso em 10 de junho de 2024.

Repositório Centro de Mídias da Educação de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.educacao.sp.gov.br/Inicio/MidiasCMSP> Acesso em 10 de junho de 2024.